

O estatuto ontológico da ficção – da teoria literária às ciências sociais: apontamentos filosóficos

The Ontological Status of Fiction – From Literary Theory to the Social Sciences: Philosophical Notes

Genauto Carvalho de França Filho

Universidade Federal da Bahia (UFBA) | Salvador
| BA | BR
francafilhogenauto2@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9767-7664>

Leonardo Augusto Nascimento dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia (IFBA) | Salvador | BA | BR
Universidade Federal da Bahia (UFBA) | Salvador
| BA | BR
fleonardoans@ufba.br
<https://orcid.org/0009-0003-4261-8386>

Resumo: Este texto investiga como a ficção redefine-se a partir das questões prementes forjadoras da realidade social, afetando sua constituição no campo literário e seu impacto nas ciências sociais, especialmente após a virada linguística dos anos 1970. Para operar tal intento, apresenta-se concisa revisão de seu estatuto ontológico a partir da modernidade, buscando posteriormente posicioná-la no escopo das ciências sociais, bem como suas novas perspectivas ante o conceito de antropoceno e a virada ontológica não-humana perpetrada pela antropologia contemporânea, que questiona os postulados fundamentais da razão filosófica ocidental, catalisando certa retomada de narrativas de antecipação. Destacam-se como aportes teóricos a teoria estética da recepção da leitura de Wolfgang Iser e a hermenêutica de Paul Ricœur. A partir da dialética entre texto e leitor, esboçada na obra destes autores, a ficção transmuta-se de figura retórica de obras literárias para potência inovadora de criação e desvelamento de (novas) realidades sociais.

Palavras-chave: Ficção; Imaginação; Wolfgang Iser; Paul Ricœur; Antropoceno.

Abstract: This text investigates how fiction redefines itself based on the pressing issues that forge social reality, affecting its constitution in the literary field and its impact on the social sciences, especially after the linguistic turn of the 1970s. In order to do this, we present a concise review of its ontological status from modernity onwards, seeking to position it within the scope of the social sciences, as well as its new perspectives in the face of the concept of the anthropocene and the non-human ontological turn perpetrated by contemporary anthropology, which questions the fundamental postulates of Western philosophical reason, catalyzing a certain revival of anticipatory narratives. Wolfgang Iser's aesthetic theory of the reception of reading and Paul Ricœur's hermeneutics stand out as theoretical contributions. From the dialectic between text and reader, outlined in the work of these authors, fiction is transmuted from a rhetorical figure in literary works to an innovative power for creating and unveiling (new) social realities.

Keywords: Fiction; Imagination; Wolfgang Iser; Paul Ricœur; Anthropocene.



Introdução

O primado da razão que consubstanciou a modernidade obliterou as estruturas imaginárias constitutivas da existência. No que tange às ciências e a filosofia, o predomínio de certo modelo de conhecimento, pautado no empirismo, no racionalismo e no positivismo, cuja busca por regras gerais que demonstrem o absoluto controle que o ser humano exerce sobre a natureza nortearam esse processo destacadamente ocidental, simbolizado na asserção cartesiana *cogito ergo sum*.

O processo constitutivo do conhecimento formulou-se a partir da divisão entre as categorias do sujeito cognoscente, cuja perspectiva racional e experimental forja o conhecimento possível, e o objeto, elemento a ser investigado, passivo, desprovido de capacidade cognitiva – o *fenômeno* kantiano. Para a consecução de tal empresa, ocorre a especialização do conhecimento, dividido entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, sendo que estas últimas se espalharam entre ciências humanas, sociais, históricas e literárias.

Tal perspectiva levou a *ficção* a ser determinada como antônimo de realidade, de veracidade, sinônimo da mentira. Os critérios de definição conceitual de real, verdade, remontam ao nascimento da filosofia, com a contenda entre Platão e a retórica sofística (Lima, 2006; Gagnebin, 2014).

A indefinição acerca do estatuto ontológico da ficção marca a historicamente tensa relação entre filosofia e literatura (Gagnebin, 2014), mas na contemporaneidade tal liame ganha novos contornos, a partir do questionamento dos pressupostos modernos da consecução do conhecimento (primado da razão, crítica das categorias como sujeito x objeto, natureza x cultura, predomínio de narrativas absolutistas, etc.), dentro do que foi concebido como paradigma pós-moderno, com ênfase na *linguistic turn*, “a reviravolta no estudo das humanidades, que deixaram de ter como guia a referência na realidade para privilegiar a maneira como ela é verbalmente trabalhada” (Lima, 2006, p.27).

Esse contexto, marcado pelo fim de verdades absolutas e o reposicionamento de antigas querelas articuladas com os problemas mundiais contemporâneos (crise climática e ambiental, esgotamento do capitalismo, adoecimento e saúde mental, eurocentrismo do conhecimento), resumidas no conceito geopolítico de *Antropoceno* (Crutzen; Stoermer, 2000), impactou o campo da teoria literária, ensejando àquilo que Simoni (2020) definiu como *narrativas do esgotamento*, performance marcada pela resistência política na escrita ante tal cenário.

Essas questões têm aventado a possibilidade, especialmente por um prisma interdisciplinar, de novo entendimento acerca do conceito de ficção. É neste íterim que o presente texto se insere, almejando investigar o estatuto ontológico da ficção, entremeado no debate entre teoria literária, filosofia e ciências sociais. Pressupõe-se que, considerando a imaginação como *leitmotiv* da ficção (Iser, 1993; Ricoeur, 2002), “a ficção não é exclusividade da literatura” (Lima, 2006, p.279).

O texto se estrutura em cinco partes; além desta introdução, na segunda parte revisa-se o desenvolvimento histórico conceitual da ficção, especialmente na modernidade, quando esteve sob a tutela da filosofia. Discute-se a relação da ficção com a imaginação, a partir das teorias do crítico literário alemão Wolfgang Iser e do filósofo francês Paul Ricoeur. Ambos destacam a importância das dimensões fictícia e imaginária na existência humana.

Em seguida desloca-se a discussão para o campo das ciências sociais, que pautaram o conhecimento acerca da ficção e da imaginação no fim do século XIX e ao longo do século XX.

Argumenta-se da importância de Max Weber nesse processo, mas as obras de Iser e Ricœur fomentam o debate.

A quarta parte mostra como a ficção assume outro status, especialmente com a virada ontológica não-humana no contexto Antropocênico contemporâneo, evidenciando certa tendência em discutir os limites do fim do[s] mundo[s]. Nas considerações finais tem-se um epítome do texto.

Ficção – (Im)possibilidade conceitual, périplo histórico e fundamento imaginativo

As diversas matizes pelas quais se desdobra um possível entendimento da ficção atestam sua dificuldade conceitual. Mesmo autores que apresentam uma definição sucinta o fazem após longo périplo reflexivo e ressalvam a necessidade de um aprofundamento *a posteriori* (Saer, 2012). Nesse sentido, apresenta-se aqui historicização do conceito.

Stierle (2006) traz que há certa confusão na etimologia da palavra, cujas origens remontam a tradição greco-latina que se confluem com os primórdios da filosofia. O termo latino *fictio* se assemelha e, concomitantemente, se distingue do léxico grego *poiesis*, pois, na concepção aristotélica, esta se “esteticiza” somente quando se coloca a serviço do processo mimético. As tarefas poética e retórica são imitação, contudo, compreendidos como atividades originais.

É sabido que o termo ficção correspondente ao grego *plasma*. O que, em grego, se separa como *poiesis* e *mimesis*, se reúne no conceito latino de *fingere* e *fictio*. Mas *fictio* não é bem uma síntese de *poiesis* e *mimesis*, mas antes uma designação que tanto pode corresponder, em sentido amplo, a *poiesis* como, em sentido restrito, a *mimesis*, sendo, por fim, uma superposição de ambos os sentidos, de modo que, a cada momento, um deles pode-se atualizar no horizonte do outro (Stierle, 2006, p. 12).

Entende-se que *fictio* e *mimesis* não se superpõem. A *fictio* possui, ontologicamente, o propósito de dissimular sem enganar, um entretenimento que não se encerra em um jogo, sem que se ofereça a uma referência ancorada ética e historicamente em uma dada sociedade (Lima, 2006).

A assunção do cristianismo outorgou à ficção uma mudança paradigmática. A exigência de uma verdade teleológica fundamenta a narrativa cristã e coloca o ficcional em perspectiva, equiparando-a à mentira, atribuindo-lhe um juízo de valor equivocado (Lima, 2006), encontrando seu espaço através da função retórica do discurso histórico. Em seu lugar emerge a alegoria, reveladora da verdade do texto ficcional, articulando-se ao conceito hermenêutico de figura, instrumento do processo de ocultamento-desvendamento da estrutura temporal dos textos bíblicos (Stierle, 2006).

A modernidade colocaria a ficção sob o jugo da filosofia. Stierle (2006) destaca três momentos desse processo:

– o seminal trabalho de Descartes, que coloca a autoconsciência (*res cogitans*) como fundamento de toda a verdade, colocando toda a realidade circundante como “ficções do espírito”, representadas na figura do *gênio maligno*, um deus enganador, que deveria ser refutado em prol de uma sobriedade epistemológica;

– a obra de Leibniz, que tentou lidar com a herança cartesiana, especialmente no tocante a assimetria entre a *res extensa* e a *res cogitans*, atribuindo certa capacidade consciencial à matéria, que nas unidades concretas, atualizaria o pressentimento de todo o infinito (noção de divino). A arte funciona como uma “silhueta do infinito”, permitindo acessar a estrutura da totalidade, em si infinitamente escalonada e refletida, de que a consciência humana pode ter uma imagem ficcional;

– o Século XVIII em que, sob a tutela do iluminismo, a ficção se desdobra em três acepções: como forma criadora de mundos; como engano, que oculta sua potência produtiva; e a ficção que se afirma em seu direito próprio, para além da dicotomia entre verdadeiro e falso.

Iser (1993) aponta quatro filósofos fundamentais para a discussão do ficcional nos cerca de trezentos anos que cobrem a modernidade. Apresenta os respectivos conceitos a partir de metáforas que identifica na obra dos pensadores, ressaltando que o incremento na discussão do estatuto ontológico do ficcional na filosofia indica uma mudança de entendimento acerca da ficção, que deixa de ser considerada um engano e passa a ser tratada como elemento fundamental do processo humano de cognição:

– o primeiro pensador é Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês de tradição ceticista-empirista. Bacon entendia e explicava a ficção a partir da metáfora dos ídolos, “signos de uma distinção inadequada entre mente e natureza” (Iser, 1993, p.97). Os ídolos acabam por embaçar o processo cognitivo entre mente e natureza, e Bacon os enumera em quatro tipos: da tribo, que significam as ficções da tradição (mitos, lendas etc); da caverna, que evoca a metáfora da caverna de Platão (a cegueira do senso comum); do mercado representam as armadilhas da linguagem (problemas de comunicação, distorções interpretativas), e do teatro, sendo que este é o lugar em que a filosofia se coloca ao evitar o primado da experiência no processo de conhecimento. Assim, no jogo do conhecimento

os ídolos como formas são ficções na medida em que organizam o discurso da representação. Esta é a projeção de uma mente que acredita ter tornado a natureza totalmente disponível através das formas de seu próprio intelecto. Mas as mesmas formas são leis quando liberadas do discurso da representação – abrem a natureza pelo parcelamento nos axiomas descobertos; em vez de representarem a natureza, anatomizam sua estrutura (Iser, 1993, p.106).

– Em seguida, Iser destaca o trabalho de Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo inglês que causou certa mudança paradigmática no entendimento da ficção. Mesmo pertencendo a tradição positivista-empirista, Bentham promoveu uma guinada na tradição ficcional, ao deslocar o foco do “objeto” do conhecimento para o processo de conhecer (Lima, 2006). Bentham procura superar as dificuldades de Bacon, no que tange as relações entre mente e natureza, a partir do entendimento de que a ficção é fundamental na operação da cognição humana, é o que a diferencia da natureza.

Isso foi possível pelo fato de Bentham ser um jurista e entender que a ciência jurídica opera por ficções. A metáfora de Iser emerge deste processo, o qual ele denomina modalidade, justamente pela distinção que Bentham opera entre a ficção fabulosa e a ficção necessária, elaboradas a partir da ideia de entidade, conceitos que fundamentam o direito, tais como *contrato* e *propriedade*, “designação em consequência da qual é compreendido tudo o que a gramática chama de substantivo” (Lima, 2006, p.263). Para Bentham

a ficção deixa agora de ser o oposto da realidade; em vez disso, é um modo de construção de pontes, embora nunca esqueça o abismo que está sendo transposto, razão pela qual o modo como um “ser imaginário” deve permanecer reconhecível. Ao lado da realidade, a ficção parece ser falsa, mas esse mesmo rebaixamento de seu status é o que Bentham vê como um meio de produção (Iser, 1993, p. 123).

– o terceiro filósofo destacado por Iser é o alemão Hans Vaihinger (1852-1933), e sua filosofia do *como se* (*als ob*), que influenciado por Kant, coloca ficção como status do pensamento, “postulados transparentes”, para citar a metáfora que Iser emprega. O processo transformacional da ideia faz com que ela não se resume a uma hipótese, tampouco se encarcere no dogma.

A ficção aqui tem cariz dual: seu aspecto enganador, outrora negligenciado, é entendido como fundamento evocador do conhecimento que se projeta, em que “a crítica historicamente internalizada da ficção tal como praticada pela epistemologia torna a ficção crítica de todas as ideias e pressupostos que se dizem fundantes” (Iser, 1993, p.141). Assim, postulado e ficção se assemelham conquanto se diferenciam, implicando-se mutuamente sem nunca se equiparar:

Se o postulado e a ficção são assim iguais em estrutura e função ao ponto de se confundirem, a questão da diferença entre eles surge, pois o postulado produz seu objeto assim como a ficção o faz [...] um postulado busca explicar a ordem que cria, enquanto a ficção procura produzir alguma coisa através dos cálculos que inicia. Os postulados ganham validade através de aceitação; as ficções ganham o seu através do sucesso (Iser, 1993, p. 141-142).

– Por fim, Iser apresenta o trabalho do filósofo norte-americano Nelson Goodman (1906-1998). Em Goodman, o fictício sai do status dicotômico em relação ao real e coaduna-se ao possível, a concepção de novos mundos, já que a própria relação do que é considerado real com o possível enseja em si mesma a capacidade normativa do juízo de um novo mundo.

Para Goodman, a ficção não se resume a um conceito, nem se define como entidade, tampouco se encerra em uma estrutura, mas são modos, caminhos de criação de mundos a partir de outros mundos. Tal processo conduz ao que Goodman nomeia “fato da ficção”, expressão que evidencia o desvencilhamento entre o produto e o processo, o fato e a ficção, sendo que “é essa distinção que leva ao colapso final de outra distinção, aquela entre ficção e realidade”. Por enquanto, não pode mais haver realidade sem ficção, que como uma reestruturação das versões do mundo torna-se pré-condição integral de toda a factualidade” (Iser, 1993, p.157).

Wolfgang Iser se torna um ponto de inflexão na discussão do ficcional na teoria literária contemporânea pois, dialogando com a tradição moderna elencada anteriormente, abre nova vertente na teoria da ficção, ao romper definitivamente com a dicotomia ficção x realidade e insere a ficção no interregno do imaginário com o real:

Enquanto no entendimento tradicional o fictício era tomado como conceito contrário ao real e a ficção como contrária a realidade, Iser vê o fictício como parceiro do imaginário, e a ambos compreende como momento de transgressão do real. Em Iser, a tríade realidade – fictício – imaginário enuncia que o fictício se torna um conceito de relação entre a realidade e o imaginário. O fictício é uma instância da transformação que dá ao imaginário sua determinação e, ao mesmo tempo conduz ao real (Sierle, 2006, p.9).

Essa ruptura operada por Iser cria um elo com as ciências sociais, no tocante a relação entre texto e leitor, como se verá adiante. Mas antes faz-se uma apresentação do conceito de imaginação, dado o grau de inextricabilidade que Iser determina entre o fictício e o imaginário.

Como a ficção, a imaginação possui longa inquirição na história da filosofia. “A imaginação, como se sabe, não é um potencial autoativável. Não a chamaria de faculdade, porque o termo já subordina a imaginação a um tipo específico de discurso que determinou o que ela é, de Aristóteles a Kant” (Iser, 1999, p. 70). Apresenta-se aqui o conceito de imaginação no âmbito dos dois filósofos citados por Iser:

Em geral, a possibilidade de evocar ou produzir imagens, independentemente da presença do objeto a que se referem. Aristóteles definiu a imaginação nesses termos, distinguindo-a da sensação e da opinião. A imaginação não é *sensação* porque uma imagem pode existir mesmo quando não há sensação [...] a imaginação não é *opinião* porque a opinião exige que se acredite naquilo que se opina, enquanto isso não acontece com a imaginação, que, portanto, também pode pertencer aos animais.

Já Kant define imaginação como “a faculdade das intuições, mesmo sem a presença do objeto”, dividindo-a em *produtiva*, que é “o poder de representação originária do objeto (*exhibitio originaria*) e precede a experiência”, e *reprodutiva* (*exhibitio derivativa*), que “traz de volta ao espírito uma intuição empírica anterior”. Só as intuições puras de espaço e de tempo são produtos da I. produtiva. A I. reprodutiva, mesmo quando é denominada *poética* nunca é criadora, porque não pode criar uma representação sensível que não tenha sido nunca antes dada à sensibilidade, mas dela sempre extrai seu material (Abbagnano, 2007, p. 537-539).

Ainda que argumente pela impossibilidade conceitual tanto do fictício quanto do imaginário, ao colocá-las como disposições antropológicas, Iser se aproxima tanto do conceito de ficção de Juan José Saer (2012, p. 6) que a define como “*Antropologia especulativa*”, quanto do conceito de imaginação de Paul Ricœur (2002, p. 202), para quem “a imaginação é a apercepção, a visão súbita de uma nova pertinência predicativa, a saber, uma maneira de interpretar a pertinência na falta de pertinência [...] imaginar é, em primeiro lugar, reestruturar campos semânticos”.

Ricœur se torna um pensador importante nessa discussão, tanto pelo diálogo e proximidade com a obra de Iser, quanto pelo papel central que atribui a ficção em sua obra – ainda que, por vezes, a ficção apresente exagerada profusão conceitual (Amalric, 2016).

Essa renovação semântica acaba por ser um dos pilares conceituais da obra ricoeuriana, o de *inovação semântica*, definida como resultado da interferência ficcional na imaginação¹. Inovação, pois, cria infinitas possibilidades ao não se comprometer referencialmente com o mundo da percepção ou da ação (Ricœur, 2002).

Ricœur (2002) argumenta que a inovação semântica operada pela imaginação poética da ficção atua para além do discurso ordinário dos objetos e coisas comuns. A imaginação é um existencial do ser que atua no mundo da vida em interação com o ser de outros entes mun-

¹ Nesse sentido, percebe-se o quanto Ricœur segue as vias abertas pela obra de Kant: “Parece-me, com efeito, que se pode caracterizar o intenso trabalho de pensamento de Ricoeur sobre a questão da imaginação como um esforço contínuo para desvelar de maneira sempre mais precisa e sempre mais rigorosa o funcionamento do *esquematismo da imaginação produtora*, pela qual ocorre uma criatividade linguageira” (Amalric, 2016, p. 136).

danos no plano mais profundo do originário deste mesmo mundo. Esta tarefa imaginativa se sucede em um segundo grau – ontológico – criando seu próprio plexo referencial, que se opõe ao primeiro grau, ôntico e conectado ao superficial mundo entitativo. Assim, a imaginação atua como instrumento de crítica ao real.

Esse processo impacta diretamente a ficção. Esboçando-a entre a dialética sentido-referência, Ricœur (2002, p. 204) afirma que

a ficção tem, por assim dizer, uma dupla valência em relação a referência: se dirige a outra parte, inclusive a nenhuma parte; porém, posto que designa o não lugar em relação com toda a realidade, pode dirigir-se indiretamente a esta realidade, segundo o que gostaria de chamar um novo *efeito de referência* (como alguns falam efeito de sentido). Este novo efeito de referência não é outra coisa que o poder da ficção de *redescrever* a realidade.

Ciências sociais como ficção (literária): Weber, Iser & Ricœur

A assunção das ciências sociais no fim do século XIX e início do século XX deslocou a questão da ficção e da imaginação para a consecução dos pressupostos fundantes de tais campos do conhecimento. Há certo embate entre visões díspares. Por um lado, o sucesso do racionalismo e das leis que regem a natureza e o universo, como os princípios de Isaac Newton, direcionam o positivismo de Auguste Comte e o funcionalismo de Émile Durkheim – precursores da sociologia como ciência, uma física social por assim dizer: “Tal como foi possível descobrir as leis da natureza, seria igualmente possível descobrir as leis da sociedade” (Santos, 2008, p. 32).

Por outro âmbito, emerge um conhecimento sociológico pautado na reflexividade, ancorado na compreensão hermenêutica – cujo nome de maior destaque é Max Weber, que concebe uma sociologia como compreensão (*verstehen*), na conformidade da obra de Wilhelm Dilthey, filósofo alemão hermeneuta que lhe influenciou (Jahnke, 2013).

Na trajetória de um conhecimento elaborado como compreensão, é que se concebe uma *imaginação sociológica*,

uma qualidade de espíritos² que lhes ajude (os agentes humanos) a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos. [...] A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa (Mills, 1982, p.11-12).

A compreensão, enquanto metodologia do conhecimento nas ciências sociais, permite a passagem e conexão dos mundos (im)possíveis das ficções literárias – análogas narrativamente à história e a biografia referendadas por Mills (1982) – para as inúmeras realidades da vida social. E isso somente ocorre

² Conceitua-se espírito como “*Alma racional* ou *intelecto* (v.) em geral; esse é o significado predominante na filosofia moderna e contemporânea, bem como na linguagem comum (Abbagnano, 2007, p.354, grifos do autor).

porque a vida produz formas, exterioriza-se em configurações estáveis, que o conhecimento de outrem torna-se possível: sentimento, avaliação, regras de vontade tendem a depositar-se numa aquisição estruturada, oferecida à decifração de outrem. Os sistemas organizados que a cultura produz sob forma de literatura constituem uma camada de segundo nível construída sobre esse fenômeno primário da estrutura teleológica das produções da vida (Ricoeur, 2013, p. 32).

A literalidade própria à existência humana se traduz no mínimo de coerência que garante alguma inteligibilidade, a partir da produção de sedimentações semânticas oriundas de processos sociais gerativos. Essas formas concretas da vida social são transmitidas dentro de uma historicidade, cuja possibilidade recai nas formas da linguagem. Tal processo comunicativo é permeado de ruídos, e para florescer necessita de um registro comum.

É a partir da concepção de imaginação sociológica como fundamento da atividade especulativa e formulação conceitual dos esquematismos, em que se provê a elaboração conceitual pautada no ajuizamento da realidade, que Max Weber irá lidar com o mesmo problema com seu conceito de tipos ideais (Jahnke, 2013; Ricoeur, 2013).

A concepção sociológica de Max Weber emerge como herdeira da imaginação como fundamento ontológico da ficção. Se Émile Durkheim procurava transformar a sociologia em uma física social pautada em leis invariantes, e Karl Marx se detinha nas relações sociais de produção, em que estruturas oprimiam o sujeito histórico alienado pelas (falsas) ideologias, Weber pensa a sociologia como herdeira do idealismo kantiano, tentando uma mediação entre a razão e a experiência, já aprimoradas a partir da fenomenologia de Husserl e a hermenêutica de Dilthey, entrecruzando a intencionalidade do primeiro e a crítica da razão histórico-linguística do segundo (Jahnke, 2013).

O tipo ideal é uma representação conceitual que torna compreensível de maneira pragmática a natureza particular das relações e acontecimentos da vida histórica-sociocultural (Weber, 2000; 2003). O vazio conteudista do conceito, relativo ao seu abstracionismo, ante a uma realidade historicamente concreta (Weber, 2003), é na verdade o fundamento imaginativo do pensamento, constituindo-se justamente em ficção, em que, no processo de afastamento da realidade, aproxima-se dela por outras itinerâncias (Ricoeur, 2013).

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um* ou *vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de *pensamento* (Weber, 2003, p. 106).

A presença da peça ficcional tanto em sentido ontológico quanto epistemológico transformou as antes tensas relações entre filosofia e literatura, refletindo-se nas ciências sociais, em que a mixórdia de gêneros textuais, como a crítica literária, o relato historiográfico e as etnografias, em (quase) nada se diferenciam de (auto)biografias, roteiros de peças, romances etc. (Geertz, 2009).

Isso decorre da aceitação de que a imaginação, enquanto atividade especulativa, atua tanto como fundamento originário da ficção quanto da atividade científica. Há maior anuência de que concreto, real e realidade não se diferenciam tanto assim, conquanto tais instâncias são fundamentadas na imaginação como produção da existência:

O fictício e o imaginário [...] existem como experiências cotidianas [...], seja quando se expressam na mentira e na ilusão que nos conduzem além dos limites da situação em que nos achamos ou além dos limites do que somos, seja quando vivemos uma vida imaginária em sonhos, devaneios ou alucinações (Iser, 1999, p.66).

Ao assentar a ficção e a imaginação na facticidade da existência, Iser operou uma guinada dos estudos literários em direção às ciências sociais, promovendo uma inflexão dentro da teoria literária. Em sua era moderna, a teoria literária se ateve a ênfase no autor (romantismo e século XIX), ou preocupou-se exclusivamente com o texto (o *new criticism* do início do século XX) (Eagleton, 2006). Iser (1996) realça que o truísmo do sentido dos textos depender da leitura é um falso axioma, pois discute-se tal questão muito pouco. A interpretação de qualquer texto é sempre precedida do ato de sua leitura, devendo esta ser considerada em seus devidos termos.

Iser estabeleceu assim os parâmetros de uma teoria literária que era, mais do que nunca, *sociológica*. O modo como o leitor interpretaria o texto seria um confronto entre o seu mundo e o mundo do texto. Dessa forma, a relação entre texto e leitor emula de alguma maneira o processo de pesquisa social. O cientista social busca o entendimento da realidade social que inquire, da mesma forma que o leitor procura compreender o mundo do texto que se lhe apresenta uma obra literária.

O impacto da obra de Iser foi tamanho que transcendeu os limites do campo literário, colocando-se em diálogo com a filosofia, fato evidenciado no longo subcapítulo que Ricoeur (2010b) dedica a *estética da recepção* – denominação da teoria abarcada por Iser e por Hans Jauss – no tomo III de sua obra magna *Tempo & Narrativa*. Ao recorrer a fenomenologia da leitura iseriana para equacionar a dialética entre o mundo do texto e o mundo do leitor, o filósofo francês atribui a *leitura* a função mediadora que totaliza em significado o mundo das ficções e obras literárias.

O diálogo com a obra de Iser foi mais uma etapa no processo da obra ricoeuriana em estabelecer arbítrios entre as conflitivas interpretações que se digladiam no campo fenomenológico-hermenêutico. Ricoeur (1999; 2002) já havia estabelecido a conexão entre a literatura e as ciências sociais no instante em que colocou o *texto* como paradigma objeto das ciências sociais, a partir de sua equiparação a ação significativa. Isso se sucede da seguinte forma:

– A ação significativa é objeto científico somente sob a condição de uma forma de objetivação equivalente a fixação do discurso pela escrita. Da mesma maneira que esta fixação só é possível pela dialética de exteriorização intencional, inerente ao próprio ato discursivo, uma dialética semelhante permite que o sentido da ação se desprenda de seu acontecimento;

– Da mesma forma que um texto se liberta do autor, uma ação se desprende de seu agente, e desenvolve suas próprias consequências. Esta autonomização da ação estabelece sua extensão social. Uma ação é um fenômeno social, não só porque é perpetrada por diversos agentes, de tal maneira que não se pode distinguir a incumbência de cada um da atribuição do outro, senão também porque nossos atos nos fogem e tem consequências imprevisíveis e incontrolláveis. O tipo de distância que existe entre a intenção do falante e o significado verbal do texto também se enseja entre o agente e sua ação;

– A ação humana, como o texto, é aberta, alcança incontáveis leitores, e cujo significado está suspenso. Pelo poder de abrir novas referências e assim receber novas significações, as ações humanas ficam à espera de novos entendimentos que definam seu significado. Assim, os acontecimentos e fatos significativos escancaram-se a este tipo de interpretação prática.

Fins do mundo e mundos do fim: o impacto antropocênico na ficção

O que nem Iser tampouco Ricœur fizeram foi superar o paradigma moderno kantiano-cartesiano da dicotomia categorial sujeito-objeto, em que o processo do conhecimento está sempre centrado no sujeito cognoscente, sendo este *sempre* o ser humano. A virada ontológica não-humana não só critica essa (e outras) dicotomia(s), como intenta superá-la(s).

No âmbito científico/filosófico, essa virada ontológica ou “reversa” vem sendo perpetrada pelo trabalho de antropólogo(a)s como Roy Wagner, Bruno Latour, Eduardo Viveiros de Castro e Marilyn Strathern, dentre outro(a)s. Viveiros de Castro (2015, p.28-29, aspas do autor) sintetiza tal movimento da seguinte forma:

Referimo-nos aqui ao antropólogo norte-americano Roy Wagner, a quem devemos a noção de “antropologia reversa” e a elaboração da vertiginosa semiótica da “invenção” e da “convenção”, ou ainda o esboço visionário de um verdadeiro conceito etnológico de conceito; à antropóloga britânica Marilyn Strathern, a quem devemos, naquele que é provavelmente o estudo antropológico mais influente do último quarto de século, a desconstrução-potenciação cruzada do feminismo e da antropologia, bem como as ideias-força de uma “estética indígena”, e de uma “análise indígena” que formam como que as duas partes de uma crítica melanésia da razão ocidental, [...]; e ao filósofo francês Bruno Latour, a quem devemos conceitos, transontológicos de “coletivo” e de “ator-rede”, o movimento paradoxal de um “jamais-ter-sido” (moderno)”.

O intento de tais autores foi questionar os postulados/dicotomias clássico(a)s da metafísica ocidental (sujeito x objeto; natureza x cultura/sociedade; corpo x alma/espírito; universal x particular; imanência x transcendência; animalidade x humanidade etc.). Viveiros de Castro (2015, p. 43-45, aspas do autor), partindo da definição levi-straussiana de que a antropologia é a ciência social *do observado*, e estabelecendo a metafísica ocidental como fonte e origem de todo colonialismo, vai cunhar o conceito de *perspectivismo ameríndio*, pautado em suas pesquisas etnológicas juntos aos povos indígenas da Amazônia:

A etnografia da América indígena contém um tesouro de referências a uma teoria cosmopolítica que imagina um universo povoado por diferentes tipos de agências ou agentes subjetivos, humanos como não-humanos – os deuses, os animais, os mortos, as plantas, os fenômenos meteorológicos, muitas vezes também os objetos e os artefatos –, todos providos de um mesmo conjunto básico de disposições perceptivas, apetitivas e cognitivas, ou, em poucas palavras, de uma “alma” semelhante. Essa semelhança inclui um mesmo modo, que poderíamos chamar performativo, de apercepção: os animais e outros não-humanos dotados de alma “se veem como” pessoas, e, portanto, em condições ou contextos determinados, “são” pessoas, isto é, são entidades complexas, com uma estrutura ontológica de dupla face [...], existindo sobre os modos pronominais do reflexivo e do recíproco e os modos relacionais do intencional e do coletivo. [...] A semelhança das Almas não implica a homogeneidade ou identidade do que essas almas exprimem ou percebem. O modo como os humanos veem, os animais, os espíritos e outros personagens cósmicos é profundamente diferente do modo como esses seres os veem e se veem. Os animais, predadores e os espíritos, por seu lado, veem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa veem os humanos como espíritos ou como animais predadores. [...] Vendo-nos como não-humanos, é a si mesmos – a seus respectivos congêneres – que os animais e espíritos veem como humanos: eles se percebem como (ou se tornam) entes, antropomorfos quando estão em suas próprias

casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob uma apatia cultural.

A negação do pensamento tradicional eurocêntrico fomentou uma nova concepção da existência, em que a centralidade na razão e no poder do homem sob a natureza é desvelada em prol de uma compreensão horizontalmente *rizomática* que equipara, em termos de capacidade de agenciamento, todos os seres e entes existentes.

Coccia (2018, p. 53) propõe uma *metafísica da mistura*,³ em que, a partir da crítica de que a tradição filosófica ignorou por completo as plantas de seu inquérito, adotando como verdade a máxima do filósofo grego Protágoras, “o homem é a medida de todas as coisas”, defende-se um certo holismo que congregaria todos os elementos do cosmos, porém preservando a unidade de cada um, em que “uma substância é unificada porque é inteiramente atravessada por certo sopro por meio do qual o todo é mantido junto, permanece junto e pode estar em simpatia consigo mesmo. Misturar-se sem se fundir significa partilhar o mesmo sopro”.

Se tal *horizontalização ontológica* que deu voz as comunidades tradicionais indígenas e suas sabedorias mitológicas milenares trouxe certo frescor à ciência e filosofia dos dias atuais, pode-se dizer que a ficção literária pratica tal empresa há algum tempo.

Em 1974, a escritora norte-americana Ursula Le Guin publicou “A autora das sementes de acácia e outras passagens da *Revista da Associação de Therolinguística*”, uma ficção de antecipação, narrativa ambientada em um futuro não tão distante. O texto vai além de mero teor prosopopeico, enunciando os primeiros resultados da therolinguística, “ramo da linguística voltado ao estudo e à tradução das produções escritas por animais (e posteriormente pelas plantas), seja sob a forma literária do romance, da poesia, da epopeia, do panfleto ou ainda dos arquivos” (Despret, 2021, p. 10).

Mensagens intituladas como se fossem salmos encontradas em um formigueiro tentam ser interpretadas, enquanto um pesquisador relata suas agruras ao tentar *ler* o voo aquático dos pinguins. Por fim, no editorial da revista, questiona-se o conceito de arte a partir do paradigma vegetal: teriam as plantas um *anima*? Sua arte, além de não comunicativa, seria também não cinética?

Le Guin prospecta assim um mundo em que humanos e não-humanos estabelecem comunicação horizontal, em que o ser humano não observa pinguins e doninhas, os lê; não arranca plantas do solo para observá-las em laboratório, mas as mantém em seu habitat pra auscultá-las; desenvolve-se assim todo um novo campo científico, que obviamente acompanhada do seu respectivo léxico discursivo, opera um *novo mundo* em que “o Tempo, o elemento essencial, a matriz e a medida de toda arte animal conhecida, não entre de forma alguma na arte vegetal. As plantas talvez usem a grandeza da eternidade. Nós não sabemos.” (Le Guin, 2021, s.p.)

Essa guinada não-humana e não-eurocêntrica, que se articula com outras vertentes da cosmopolítica atual ([de]colonialidade do saber, interseccionalidade, cosmologias ameríndias,

³ Coccia (2018, p. 31) define a mistura como “essa relação de troca topológica. É ela que define o estado de fluidez. Um fluido não é um espaço ou um corpo definido pela ausência de resistência. Não tem nada a ver com os estados de agregação da matéria: os sólidos também podem ser fluidos, sem precisar passar ao estado gasoso ou líquido. Fluida é a estrutura da circulação universal, o lugar onde tudo vem ao contato de tudo, e se mistura sem perder sua forma e sua substância própria”.

estudos de raça e gênero), desemboca e potencializa a temática premente transversal das ciências e da filosofia contemporânea que é o *antropoceno*.

Conceito cunhado por dois cientistas europeus (!), Paul Crutzen e Eugene Stoermer, o termo apareceu pela primeira vez em 2000, no boletim do programa internacional de geosfera-biosfera (IGBP): um estudo de mudança global do conselho internacional de ciência (ISC):

Considerando esses e muitos outros impactos importantes e ainda crescentes das atividades humanas na Terra e na atmosfera, e em todas as escalas, inclusive globais, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia, propondo o uso do termo “antropoceno” para a atual época geológica. Os impactos das atividades humanas atuais continuarão por longos períodos (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17)

Ainda que o termo não seja um consenso (Viveiros de Castro; Danowski, 2014; Soares; Machado, 2021), ele catalisa um novo espectro de discussões, articuladas com a virada aos agenciamentos não-humanos na filosofia, ciências sociais e literatura. Centrado na falta de preservação dos recursos naturais, depredados em prol do ciclo danoso do capitalismo contemporâneo, em que o impacto da ação antrópica afeta pejorativamente o funcionamento do Planeta, faz-se imperativo deslocar o ato de narrar para as cosmo(logias)gonias fictícias e imaginárias para os seres que estão do outro lado do *jogo* – a pertença “a certos mundos e não a outros, de estar disponível para alguns mundos e não para outros; trata-se, portanto, de um comprometimento materialista em muitos sentidos” (Weigel; Haraway, 2021, p. 31).

É nesse sentido que Simoni (2020, p. 138-139) argumenta as *narrativas do esgotamento* como alternativa vinculada ao rompimento com a concepção de natureza como fonte inesgotável de recursos, articulado a potencialidades geradoras de resistência ao cenário hegemônico descrito.

A dimensão semântica do esgotamento convive com sua dimensão performativa de produzir resistência. [...] narrativas do esgotamento contemporâneas vinculam-se a projetos historiográficos afirmativos de resistência, que são impulsionados exatamente pela constatação da escassez e da necessidade de ação. A contração da preposição “de” com o artigo definido masculino “o”, em vez de funcionar como partícula apassivadora de esgotamento, opera como indicadora do lugar. Isso significa que as narrativas, muito mais do que narrar o esgotamento, performativamente o subvertem por meio da inscrição histórica de perspectivas encarnadas a partir de baixo.

Há assim consonância entre a virada dos não-humanos e o posicionamento político das ficções contemporâneas como textos de resistência ante ao sistema que enseja o Antropoceno. Mais do que um marco geológico, ele se torna registro histórico dos traumas que o humano causa ao planeta. Esse processo não é pacífico, sendo marcado pela guerra ideológica de narrativas. Assiste-se diariamente ao trovão de *Fake News* proliferarem especialmente na e a partir da internet, em que se produzem narrativas ao sabor da catequese política momentânea.

Araújo (2023, s.p.), pondera como o Antropoceno mobiliza essa disputa (de) narrativa(s), pois

o fato científico precisa de um contexto, uma história, para que se sustente. E essa história, essas histórias, tem a capacidade de fracionar a dimensão genérica própria da ciência em direção a compreensões mais localizadas e precisas acerca não apenas do

início do Antropoceno, mas também das políticas possíveis capazes de dar conta de sua existência.

Diante desse prisma político, a ficção tem, enquanto narrativa do esgotamento, a função ética de mobilizar as querelas que emergem do contexto antropocênico, o que implica fomentar questões que fujam do padrão. Se já se sabe que o humano interfere no natural, agora é preciso indagar contrariamente,

compreender aquilo que sempre tomamos como próprio do mundo da cultura (a política, a sociedade, a subjetividade) também em sua dimensão natural. Há toda uma “natureza” na forma pela qual nos organizamos coletivamente, que decidimos ignorar por tempo demais, achando que estávamos ejetados desse mundo, que éramos seres especiais eminentemente culturalizados. A intrusão das mudanças climáticas no planeta é uma espécie de aviso de emergência de que toda a política humana é também ambiental (Araújo, 2023, s.p.).

Considerações Finais

Pensar o fim do mundo é uma prática especulativa integrada às culturas históricas humanas, que vem vivificando dramaticidade com a iminência de uma destruição do planeta no curto prazo, algo que o Antropoceno anuncia. Todavia, é preciso pensar que outros mundos (o dos povos tradicionais indígenas ameríndios dizimados no processo colonial, ou de plantas e animais em extinção ou já extintos), findaram-se há muito.

Aqui a ficção é fundamental como *ensejadora de mundos (im)possíveis*. E chegou a vez dos excluídos e oprimidos das instituições do poder ocuparem seu devido espaço na consecução de novas realidades, pouco importando se são ficções ou realidades – como se argumentou aqui, tais fronteiras já não fazem nenhum sentido (se é que, algum dia, fizeram).

Como argumentam Viveiros de Castro e Danowski (2014), pensar sobre o fim dos tempos será uma prática recorrente até que, de fato, aconteça. E, especialmente a partir da pandemia da COVID-19, em que a existência humana na Terra foi posta em dúvida – a partir do agenciamento de um ser não vivo (?) e invisível – aventou-se a possibilidade do olhar diferenciado em relação ao passado, estendendo a discussão decorrente do pós-modernismo e da virada linguística, que borrou as fronteiras entre a escrita e o social, a linguagem e a práxis, revisitados a partir de seus próprios pressupostos, à narrativa ficcional.

Como a temporalidade do Ser não é linear, e sim circular, em que um olhar ao passado sempre implica um vislumbrar de futuro, essa retrospectiva apontou uma prospecção de novos mundos, considerando a iminência do fim *desse* mundo. Pensar novas realidades está imbricado ao fim dessa e de outras.

A perspectiva de que todo fim implica em um (re)começo, pois fim e final nunca se encontram, leva a assunção de uma espécie de virada “*thanatológica*” (não em seu sentido mortuário, mas em sentido teleológico, o mesmo sentido da virada dos “não-humanos”) – os fins de mundo são também a reconstrução desses fins, em que as temporalidades se justapõem; não se sabe mais quando se é presente, passado ou futuro, pois na passagem da metafísica à

mitofísica (Viveiros de Castro; Danowski, 2014), a literatura destrói o mundo, a partir da (re) criação de vários outros mundos (Ricœur, 1999; 2002).

A ficção literária permite um outro tipo de verdade ontológica, em que se rechaça o discurso racional da filosofia e tem-se o retorno ao mito, agora tido como verdade “thanatológica” antropocênica e pós-pandêmica como marcos temporais narrativos. Nesse cenário, percebe-se a relação da realidade histórica e da ficção não como opostos, mas como polos de um mesmo continuum, o que fica evidenciado na estética da recepção iseriana que correlaciona mundo do texto e mundo do leitor (Ricœur, 2010b; 2013)

As obras de Iser e Ricœur se aproximam pela similitude de fundamento, pois ambas concebem a ficção e a imaginação como *modos-de-ser*, a partir da indissociabilidade entre existência e linguagem. Isso evidencia-se quando Ricœur sustenta a sinonímia entre texto e ação, e se apropria da estética da recepção de Iser para desenvolver suas dialéticas entre mundo do texto e mundo do leitor. Iser, por sua vez, opera uma “revolução copernicana” na teoria literária ao deslocar da intencionalidade do autor para a relação fenomenológico-hermenêutica entre texto e leitor, ou seja, ao *ato de leitura*, como *leitmotiv* do processo literário.

O novo formato ficcional caracteriza-se ainda, por acentuada autorreflexão em relação à posição do narrador e aos procedimentos utilizados na construção da obra ficcional, o que se reflete, especialmente, na problematização de possíveis pontos de vista e nos desdobramentos de processos alternativos de focalização para a análise das relações entre presente e passado (Olinto, 2004). De tal forma que o compromisso da ficção é com uma ordenação específica do sensível, o qual pode acessar opacidades e ambivalências que o discurso científico não é capaz de articular (Tomm; Sperb, 2021).

A imaginação emerge como fundamento subjacente a toda prática especulativa, seja ela filosófica ou literária. É nesse sentido que o trabalho ficcional opera nas *ciências* com uma finalidade epistêmica, operando também na própria *reflexão filosófica* e nos dispositivos metodológicos que utiliza. Além do poético e do teórico, restaria por último pensar a multiplicidade das mediações ficcionais que operam no *campo prático* – quer seja no domínio ético, jurídico ou político – pois é efetivamente no agir humano que reside o horizonte último da filosofia da imaginação (Amalric, 2016).

Procurou-se argumentar que as escritas literárias nunca foram tão sociológicas quanto o são agora, concomitantemente ao fato de que a filosofia e as ciências sociais também nunca foram tão literárias como nos dias atuais – e desde sempre, se desanuvia a percepção racional eurocêntrica que reinou durante a era moderna. Pois a tarefa de *especular*, que caracteriza tanto a ficção quanto a imaginação, inere-se a todas essas práticas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução de novos textos de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

AMALRIC, Jean-Luc. Símbolo, metáfora e narrativa: o estatuto do ficcional em Ricœur. In: WU, R.; NASCIMENTO, C. R. do (orgs.). *Pensar Ricœur: vida e narração*. Porto Alegre: Editora Clarinete, 2016. p. 131-167.

ARAÚJO, André. Quando o familiar se tornou um alienígena? Sobre antropoceno e ficção. *Suplemento Pernambuco*. Jornal literário da companhia editora de Pernambuco. Disponível em: <https://suplemento-pernambuco.com.br/capa/3074-quando-o-familiar-se-tornou-um-alien%C3%ADgena.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

COCCIA, Emanuele. *A vida das plantas*. Uma metafísica da mistura. Tradução de Fernando Scheibe. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. Global change newsletter. The International Geosphere–Biosphere Programme (IGBP): A Study of Global Change of the International Council for Science (ICSU), No. 41, 2000. Disponível em: www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

DESPRET, Vinciane. *Autobiografia de um polvo e outras narrativas de antecipação*. Tradução de Milena P. Duchiede. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Da dignidade ontológica da literatura. *Rapsódia*. São Paulo, Brasil, v. 1, n. 8, p. 51-67, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9772.i8p51-67>.

GEERTZ, Clifford. Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social. In: *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 33-56.

ISER, Wolfgang. *The fictive and the imaginary: Charting Anthropology Literary*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

ISER, Wolfgang. *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol. 1. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ISER, W.; ROCHA, J. C. C. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p. 65-77. Disponível em: iedamagri.files.wordpress.com/2018/09/iser-wolfgang-o-ficticc81cio-e-o-imaginacc81rio.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

JAHNKE, Hans-Richard. *O conceito da compreensão na sociologia de Max Weber*. Portugal: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

LE GUIN, Ursula K. *A autora das sementes de acácia e outras passagens da Revista da Associação de Therolinguística*. Tradução de Gabriel Cevallos. 2021. Disponível em: <https://kinobeat.com/wp-content/uploads/Traducao-oficial-A-autora-das-sementes-de-acacia-.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

OLINTO, Heidrun Krieger. Novas sensibilidades na historiografia (literária). *Itinerários*. n. 22, 2004.

RICCEUR, Paul. ¿Que es um texto? In: *Historia y Narratividad*: 1. Tradução (Castelhano) de Gabriel Aranzueque Sahuquillo. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999. p. 59-83.

RICCEUR, Paul. *Del texto a la Acción: ensayos de hermenéutica II*. Tradução (espanhol) de Pablo Corona. Fondo de cultura econômica, 2002.

- RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I – A intriga e a narrativa histórica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2010a.
- RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III – O Tempo Narrado. Tradução de Claudia Berliner. Editora Martins Fontes. São Paulo. SP. 2010b. [1983].
- RICŒUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.
- SAER, Juan José. O conceito de ficção. Tradução de Luís Eduardo Wexell Machado. *Revista FronteiraZ*. São Paulo, n. 8, 2012. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistafrenteiraz/download/pdf/TraducaoSaer-versaofinal.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SIMONI, Mariana. Narrativas do esgotamento e historiografia (literária) brasileira no antropoceno. *Revista Odisseia*. v. 5, n. Especial, p. 127-143, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2020v5nEspecialID23554>.
- SOARES, Ricardo; MACHADO, Wilson. O programa científico do Antropoceno. *Estudos Avançados*. n. 35, v. 101. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/so103-4014.2021.35101.018>.
- STIERLE, Karlheinz. *A ficção*. Tradução de Luiz Costa Lima. Coleção Novos Cadernos de Mestrado, v. 1. Rio de Janeiro: Caetés, 2006.
- TOMM, Davi Alexandre; SPERB, Maria Petrucci. Para além da narrativa épica da Ciência: reativando o animismo com Isabelle Stengers. *Cadernos do IL*, n. 62, p. 110-137, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2236-6385.127997>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Déborah. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental, 2018.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais – 13, 2003, p. 13-107.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- WEIGEL, Moira; HARAWAY, Donna. Uma enorme e pretenciosa ninhada: Donna Haraway sobre verdade, tecnologia e resistência à extinção. *Garrafa*, v. 20, n. 57, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/55723>. Acesso em: 27 mai. 2024.